

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO SOB A PERSPECTIVA EMANCIPADORA: ANÁLISE TEÓRICA

Naiane Silva dos Santos¹

Renato Rodrigues²

RESUMO

A análise feita nesse artigo concentra-se em elucidar a prática da alfabetização, bem como do letramento, no Brasil, embasando-se a partir do contexto histórico-cultural para explicar o contexto em que a educação brasileira se construiu e como esses fatores contribuíram para a concepção de educação que prevalece atualmente. Ademais, o artigo busca compreender os pressupostos teóricos, de diversos autores, quanto às questões relacionadas às propostas, metodologias e práticas, a fim de enunciar e refletir uma prática alfabetizadora e principalmente de letramento, que contribua para a emancipação do indivíduo, enquanto ser social, que exerce sua cidadania.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Contexto. Teorias. Prática. Emancipação Social.

ABSTRACT

The analysis carried out in this article focuses on elucidating the practice of literacy, as well as literacy, in Brazil, based on the historical-cultural context to explain the context in which Brazilian education was constructed and how the factors contributed to the conception of education that currently prevails. Furthermore, the article seeks to understand the theoretical assumptions of different author, regarding issues related to proposals, methodologies and practices, in order to enunciate and reflect a literacy practice and especially literacy, which contributes to the emancipation of the individual, as a social being, exercising their citizenship.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST, orientanda da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (2023.2) naianesilvasantos55@gmail.com.

² Professor da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (2023.2), do Curso de Pedagogia do Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST e orientador do artigo. Coordenador do Curso de Pedagogia (UNIFACVEST). Pedagogo (FEDAVI/UNIDAVI), Psicopedagogo/Especialização (UNIDAVI), Tutoria em Educação a Distância/Especialização (UNIFACVEST), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Mestre em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Doutor em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Editor da Revista Synthesis UNIFACVEST, Avaliador MEC/INEP, **Professor** e **Pró-Reitor** do Centro Universitário Facvest – UNIFACVEST prpe@unifacvest.edu.br.

Keywords: Literacy. Context. Theories. Practice. Emancipation Social.

1 INTRODUÇÃO

O artigo procura discutir o tema alfabetização e letramento, sob uma perspectiva para a emancipação social, a partir do contexto histórico-cultural e dos pressupostos teóricos, visto que se faz sempre necessário revisitar a teoria para compreender como ocorre e quais fatores subsidiam a prática pedagógica.

A alfabetização e o letramento são processos fundamentais para a construção do indivíduo enquanto ser social, pois de acordo com Vygotsky (1996) o ser humano se constitui na interação social, com os pares e com o meio, nas constantes trocas, ou seja, nas experiências e vivências que tem ao longo da vida, desenvolvendo as funções psicológicas superiores como a percepção, o raciocínio, a memória, a atenção e as habilidades linguísticas. Sendo assim, uma alfabetização emancipadora é a base de uma educação que almeja desenvolver a leitura, a escrita, mas também a comunicação, as ideias e os pensamentos inseridos no cotidiano social.

Esta pesquisa parte da problemática de como construir uma prática alfabetizadora, relacionada ao letramento, que contribua para a formação social do ser humano. Com o principal objetivo de realizar uma análise crítica da literatura existente para responder este questionamento e identificar as contribuições dos autores acerca do tema.

Este estudo apresenta grande relevância, no intuito de fornecer subsídios fundamentais para que o pedagogo desenvolva uma prática eficiente, que favoreça a construção de uma educação, quanto à alfabetização e letramento, pautada não só no aspecto escolar, mas sim no aspecto social.

Para tanto, no presente estudo, adota-se a metodologia de pesquisa básica, com objetivos descritivos e abordagem qualitativa, aplicada a partir de ampla revisão bibliográfica da literatura relacionada à alfabetização e o uso social da leitura e da escrita, através de livros, artigos e legislações pertinentes ao objeto de estudo.

Portanto, após esta breve introdução, seguiremos a pesquisa bibliográfica que fundamenta o problema de pesquisa acima citado, explorando as principais ideias e teorias sobre o assunto, analisando criticamente as colocações para ao final concluir o artigo com a síntese das principais contribuições.

2 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Abordar o tema alfabetização e letramento é estar ciente dos desafios que há na relação teoria e prática, sobretudo quando envolve a função social que permeia todo esse processo. Para compreender esse contexto, se faz imprescindível construir um levantamento histórico acerca da trajetória percorrida pela educação brasileira que auxiliaram no desenvolvimento dos diversos conceitos referentes à alfabetização e ao letramento, visto as discussões existentes, durante esse caminho, sobre métodos e práticas mais adequados.

O histórico da prática alfabetizadora no Brasil tem início com a chegada dos portugueses para a colonização, no século XVI, simultaneamente a construção da história da educação brasileira, a partir da organização religiosa denominada Companhia de Jesus, que tinha o objetivo primário de catequizar os índios, mas acabou indo além, com a formação de colégios, nos quais o público alvo eram os filhos da nobreza. No âmbito da educação, os jesuítas, ainda que direcionada a minoria da população, foram os primeiros a impulsionar um saber pedagógico.

Passado algum tempo, opondo-se a esse modelo educacional, surge o movimento pombalino, que buscava “dar lugar a novos currículos, novos métodos de ensino, nova estrutura da educação escolar [...] e alavancar a economia portuguesa, livrando Portugal da dominação” (FERREIRA, 2007, p.25).

Através desse movimento, buscava-se uma nova ideologia educacional, relacionando-se diretamente ao modelo de sociedade que era regido pelo feudalismo e começou a ser direcionado pelo capitalismo, aumentando o poder do Estado e de acordo com Moll (2011), desestruturando a organização escolar jesuítica. Ainda, seguindo a autora, durante o período de 1776 e 1805 passou-se a oferecer cursos em matérias isoladas, assemelhando-se ao modelo da Universidade de Coimbra.

A partir de então, a chegada da industrialização e a mudança do Império para República gerou novos pontos de vista para o ensino, pois os brasileiros passaram, a ser reconhecidos como cidadãos, de direitos e deveres, e, por conseguinte, é oficializada a língua nacional brasileira (língua portuguesa) e nesse mesmo contexto histórico-cultural, ocorre a extinção do tráfico negreiro, e pela Constituição de 1891 todos passam a ser considerados iguais.

Retornando ao âmbito educacional, são criadas duas modalidades de ensino:

a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária: estabelecem-se as normas para o exercício da liberdade de ensino e cria-se um sistema de preparação do professor primário; reformulam-se os estatutos da Academia de Belas Artes de Comércio da Corte e reorganiza-se o Conservatório de Música. (MOLL, 2001, p. 19)

Nesse contexto da educação primária e secundária, a autora destaca ainda o decreto n. 7247, de 19 de abril de 1879, que estabeleceu o ensino primário como obrigatório para as crianças entre 07 e 14 anos, para ambos os sexos. Ademais, foi determinada a gratuidade do ensino público. No entanto, segundo a autora, esta reforma não alcançou os resultados estimados, visto que os dados do

Recenseamento Geral do Brasil de 1920 destacavam “[...], que demonstram para 1872 o índice de 814 analfabetos por 1000 habitantes e para 1890, 815 analfabetos por 1000 habitantes” (MOLL, 2011, p. 20). Percebe-se dessa forma, a elevada taxa de analfabetismo que circundava a educação brasileira na referida época e nesse sentido, na Primeira República, o intuito era criar redes escolares capazes de alfabetizar esse grande percentual da população.

Por volta de 1980, foi criada mais uma reforma, mencionada por Moll da seguinte forma:

Por princípios de liberdade e laicidade do ensino, gratuidade da escola primária e descentralização do sistema educacional. Segundo esta reforma, a escola organizar-se ia em duas categorias, isto é, de 1º grau para crianças de sete a 13 anos e de 2º grau para crianças de 13 a 15 anos. (2011, p. 21)

Essa reforma enunciava a questão do ensino laico, colocando em evidência um ensino baseado nos fundamentos da ciência, entretanto, todas essas discussões não refletiam de fato no dia a dia escolar e com isso, “o acesso ao saber escrito mantém-se como privilégio de poucos, pois o advento do século XX não traz consigo avanços significativos na área educacional” (MOLL, 2011, p. 21). Ou seja, nesse período, mesmo diante de todas as reformulações que a educação brasileira já havia passado não se efetivava o ensino para todos, ficando restrito a uma pequena parcela da população e os demais, sem saber ler ou escrever, estavam excluídos da sociedade.

Ainda segundo a autora, em 1915, sob o contexto da Primeira República, houve um movimento denominado Liga Brasileira contra o analfabetismo, organizado com o intuito de suprir os altos índices de analfabetismo no país, mas ainda assim, o final dessa década é marcado por um índice equivalente a 75% de analfabetos.

O decorrer do século XX é marcado por intenso desenvolvimento industrial e econômico, que por consequência, por volta de 1950 gerou um aumento de matrículas nas escolas, no entanto ainda não havia indícios de diminuição dos níveis de analfabetismo, como justifica-se a seguir de acordo com Carvalho:

o governo federal criou várias campanhas de alfabetização para jovens e adultos cujo objetivo maior era ensinar a decifrar palavras e frases simples [...], mas a produção contínua de analfabetos causadas por sistemas escolares inadequados e condições sociais de extrema desigualdade não cessou. (2015, p. 16)

Sob tais circunstâncias surgiu o movimento denominado Escola Nova, simultaneamente ao governo de Getúlio Vargas, onde, de acordo com Moll, são criados diversos ministérios, entre eles o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação. No entanto, esse primeiro período democrático da educação foi interrompido pela Ditadura Militar, período no qual o tecnicismo ganhou destaque e a educação destinava-se às demandas do governo militar, e desse modo, a pedagogia voltou-se para técnicas e métodos, pouco relacionados ao papel social, mas que julgavam-se contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A partir de 1980, com o fim do período ditatorial, houve um processo de abertura política e democratização do país, segundo Ferreira (2007), se intensificaram os movimentos em prol da educação, com programas de formação continuada e ressurgindo os primeiros ideais de uma educação crítica a serviço das transformações sociais, econômicas e políticas.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nesse sentido, dos incentivos de uma educação crítica e social, cabe ressaltar os principais embasamentos que a legislação brasileira fornece a educação. Iniciando com o final da década de 80, no qual surgiu, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, documento que organiza e rege o funcionamento do país, a partir de um conjunto de leis fundamentais, com princípios cidadãos. Destacando o seguinte artigo:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição Federal, 1988)

O qual, além de valorizar a infância em sua singularidade, expressa claramente que a educação, assim como os demais direitos citados, são direitos sociais, ou seja, compreendem o ser e fazer social e partindo desse pressuposto, a alfabetização e o letramento são caminhos fundamentais para tal. Destaca-se também o seguinte:

Art. 205º A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988)

Este evidencia a educação como direito de todos e principalmente visando o pleno desenvolvimento da pessoa, isto é, a educação deve preparar o indivíduo para exercer a sua cidadania, participando ativamente do meio civil, político e social. Ainda nesse sentido, temos o artigo:

Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Constituição Federal, 1988)

Por meio deste, reforça-se a ideia de que a educação é para todos, sendo obrigação do Estado fornecê-la, mas também obrigatória a frequência na idade citada. Ao mais, cabe ainda, citar que:

Art. 214 A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidade por meio de ações integradas dos poderes público das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I – erradicação do analfabetismo

[...]

A partir deste artigo tomamos conhecimento sobre o Plano Nacional de Educação, um documento cuja finalidade é determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no

período vigente de 2014 a 2024. O Plano Nacional de Educação, lei nº 13.005/2014, estabelece na meta número 5 “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental” (PNE, 2014) e ainda na meta número 9:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiro e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (PNE, 2014)

Evidencia-se, portanto, os objetivos do Estado quanto à idade máxima para alfabetização e a o desejo de erradicar o analfabetismo absoluto, ou seja, a incapacidade compreender letras ou números, e diminuir o analfabetismo funcional, isto é, aquele que mesmo capaz de identificar e ler números, letras e frases é incapaz de compreender informações textuais e interpretá-las.

Cabe destacar ainda, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Mesmo que recente, esse documento conduzido pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf), traz contribuições importantes para elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo. Os principais aspectos dizem que a alfabetização no Brasil deverá basear-se em evidências científicas (Art. 1º, PNA, 2019), que a alfabetização deve ser instrumento de superação de vulnerabilidade social (Art 3º, PNA, 2019), que a alfabetização deve promover a cidadania (Art. 4º, PNA 2019) e que deve-se priorizar a alfabetização no 1º ano do ensino fundamental (Art. 5º, PNA, 2019). Desse modo, esta política afirma subjetivamente que a prática de alfabetização deve ser voltada para o letramento de modo a contribuir para superar desigualdades e vulnerabilidades sociais, por meio da aquisição e o uso social da leitura e da escrita, a fim de promover a cidadania.

Quanto às legislações temos ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/1996, que de acordo com seu artigo primeiro, disciplina a educação escolar, dizendo que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LDB, 1996)

E ainda, complementa com o exposto a seguir:

Art. 22 A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo. (LDB, 1996)

Assim sendo, a LDB deixa claro o compromisso da educação com uma prática alfabetizadora capaz de formar leitores ativos, letrados, de modo que possam se emancipar socialmente e exercer sua cidadania.

4 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E ALFABETIZAÇÃO

Seguindo pelo caminho trilhado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (93/94/1996), vamos ao encontro do documento norteador denominado Base Nacional Comum Curricular, o qual orienta currículos dos sistemas de ensino públicos e privados, para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base é um documento normativo que estabelece competências³, habilidades⁴, atitudes e valores, que os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, para resolver demandas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, com propósito de formação integral e construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, partindo de princípios éticos, estéticos e políticos, se relacionando com pressupostos da LDB, do PNE e das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica).

Retoma-se mais uma vez uma educação voltada para a cidadania, para a transformação a sociedade. O principal direcionamento da Base é por meio das dez competências gerais, as quais elucidam o caminho que a educação básica deve seguir para de fato concretizar uma formação integral, sabendo comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, empático, colaborativo, produtivo e responsável. E para tanto, acumular informações não é mais suficiente, é necessário aprender a aprender, aplicar conhecimentos para resolver problemas, construir autonomia.

Dessa forma, a BNCC afirma que a Educação Básica deve visar à formação e o desenvolvimento humano global, considerando os estudantes como sujeitos de aprendizagem. A educação integral, nesse sentido, não está relacionada a carga horária, mas sim aos fundamentos fornecidos aos estudantes para o seu pleno desenvolvimento e protagonismo, na vida escolar e no meio social em que está inserido.

4.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL

A etapa da Educação Infantil engloba crianças dos 0 aos 5 anos de idade, sendo dos 0 aos 3 anos denominado creche, com matrícula de caráter não obrigatório, e aos 4 e 5 anos denominado pré-escola, com matrícula de caráter obrigatório.

Sendo a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil pode ser compreendida como o fundamento do processo educacional e tem suas particularidades. Nessa fase a concepção de

³ Mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos)

⁴ Práticas, cognitivas e socioemocionais

educação vincula o educar e o cuidar, orientando-se por interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, sendo estes assegurados por seis direitos de aprendizagem: Conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

O direito de conviver trata da interação com outras crianças e adultos, utilizando diferentes linguagens, para ampliar o conhecimento de si e do outro, respeitando a cultura e as diferenças. O brincar diz respeito ao brincar em diferentes espaços, tempos e com diferentes parceiros, para ampliar e diversificar seus conhecimentos, imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, cognitivas e sociais. O direito de participar compreende a participação ativa no planejamento e escolha das atividades, materiais e ambientes, permitindo posicionamento. O explorar envolver movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras emoções e tantos outros fatores. O expressar-se traz a questão das crianças como sujeito dialógico, criativo e sensível, com sentimentos, opiniões e necessidades e por fim, o direito de conhecer-se permite construir sua identidade pessoal, social e cultural. (BNCC, 2017)

Além dos direitos de aprendizagem, a educação infantil é dividida em três grupos de acordo com a faixa etária e cinco campos de experiência, especificando o que pode ser trabalhado em cada etapa, definindo os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Quanto as faixas etárias podemos classificar em (BNCC, 2017):

- Bebês: zero a 1 ano e 6 meses;
- Crianças bem pequenas: 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses;
- Crianças pequenas: 4 anos a 5 anos e 11 meses.

Quanto aos campos de experiência (BNCC, 2017):

- O eu, o outro e o nós: é na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista [...];
- Corpo, gestos e movimentos: com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno [...];
- Traços sons cores e formas: conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas [...];
- Escuta, fala, pensamento e imaginação: desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem [...]. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na

participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. [...]

- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: as crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais.

O descrito acima é uma síntese da estrutura que a Base propõe para a Educação Infantil, indispensável para compreendermos o contexto em que essa fase escolar está inserida e retornando ao tópico principal, a alfabetização, pode-se observar principalmente pelo enunciado no campo de experiência Escuta, fala, pensamento e imaginação, que é sugerido subjetivamente uma aproximação com a prática de alfabetização e letramento, de modo que, no contato com a literatura infantil (histórias, contos, fábulas, poemas etc) a criança desenvolva progressivamente o gosto pela leitura, estimule a imaginação e amplie o conhecimento de mundo, além de aprender a diferenciar ilustrações e escrita, aprenda a direção da escrita e a forma correta de manipulação de livros. Construindo suas hipóteses sobre a escrita, revelada inicialmente em rabiscos e garatujas e a medida que vão conhecendo as letras, em escritas espontâneas, não convencionais, já indicam compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BNCC, 2017).

Tais afirmações se justificam pela seguinte tabela:

Campo de experiências “Escuta, fala, pensamento e imaginação”

Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.	(EI02EF03) Demonstrar a interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor,	(EI03EF01) Expressar ideais, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de

	a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).	expressão.
(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).	(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.	(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.
(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc).	(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social e significativa.
(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinho, anúncios etc).	(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.	(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura [...].
(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita)	(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.	(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.

A partir desses recortes de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento retirados da Base (2017), compreende-se na Educação Infantil ocorre uma aproximação progressiva com a leitura e a escrita, determinada como escrita espontânea. No decorrer dos anos, a aproximação vai se intensificando, buscando que a criança saiba diferenciar ilustrações e escrita, saiba contar e recontar histórias e escreva espontaneamente, compreendendo o meio social em que esses aspectos estão inseridos.

4.2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, ALFABETIZAÇÃO E ANOS INICIAIS

De acordo com a BNCC (2017), ao término da etapa de Educação Infantil, é preciso assegurar que a transição para o Ensino Fundamental garanta a integração e a continuidade dos processos de aprendizagens das crianças. Dessa forma, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental devem valorizar as situações lúdicas de aprendizagem e articular com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Objetivando a progressão dos conhecimentos, a consolidação das aprendizagens anteriores e a ampliação das práticas, os Anos Iniciais organizam-se a partir da estrutura de cinco áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso) e oito componentes curriculares (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Matemática, Ciências, Geografia, História e Ensino Religioso). Em cada componente curricular são direcionadas competências específicas, unidades temáticas ou práticas de linguagem no componente de Língua Portuguesa, objetos de conhecimento e habilidades.

Tomando por base essa estrutura, analisaremos a seguir como a Base recomenda que ocorra o processo de alfabetização e letramento nessa etapa, a partir da análise da área de Linguagens, especificamente o componente de Língua Portuguesa.

A área de linguagens, em suas competências específicas para o Ensino Fundamental, menciona:

Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. (BNCC, 2017)

Compreende-se, portanto, a recomendação para que sejam propiciadas práticas, que contribuam para a construção e participação ativa do estudante na vida social, colaborando com a sociedade. De acordo com os eixos em que o componente curricular de Língua Portuguesa está dividido, nos Anos Iniciais, temos (BNCC, 2017):

- Oralidade: aprofundam-se o conhecimento e uso da língua oral;
- Análise linguística/semiótica: sistematiza-se a alfabetização;
- Leitura/ Escuta: amplia-se o letramento;
- Produção de textos: incorpora-se estratégias progressivas de produção de textos em diferentes gêneros textuais.

Desse modo, a Base Nacional Comum Curricular recomenda a alfabetização nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental- Anos Iniciais, relacionando alfabetização e

letramento, ou seja, no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental a alfabetização é o foco da ação pedagógica. Sendo usual desse processo, o conhecimento do alfabeto, da mecânica da língua escrita/leitura, codificação e decodificação dos sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), desenvolvimento da consciência fonológica e da leitura global, bem como a compreensão do uso social da leitura e da escrita, o que chamamos de letramento. Essas informações podem ser comprovadas de acordo com as seguintes habilidades descritas pela Base Nacional Comum Curricular (2017) para o 1º e 2º ano do Ensino Fundamental:

- (EF01LP01) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página.
- (EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.
- (EF12LP02) Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.
- (EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas.
- (EF01LP03) Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, percebendo semelhanças e diferenças.
- (EF01LP04) Distinguir letras do alfabeto de outros sinais gráficos;
- (EF01LP05) Reconhecer o sistema de escrita alfabético como representação dos sons da fala.
- (EF12LP04) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor ou já com certa autonomia, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas [...].
- (EF02LP13) Planejar e produzir bilhetes e cartas, em meio impresso e/ou digital, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
- (EF12LP06) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, recados, avisos, convites, receitas, instruções de montagem, dentro outros gêneros do campo da vida cotidiana [...].
- (EF12LP08) Ler e compreender em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias [...].

- (EF12LP09) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas [...]
- (EF12LP10) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cartazes, avisos, folhetos, regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar [...];
- (EF12LP11) Escrever em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e líder em notícias [...]

A partir das habilidades citada acima busca-se compreender que a alfabetização dos dois primeiros anos do Ensino Fundamental é um processo complexo, que envolve diversos fatores e estratégias para alcançar os objetivos pretendidos. As habilidades mencionam uma alfabetização voltada para a aquisição do sistema alfabético (escrita e leitura) a partir da codificação e decodificação, da relação fonema-grafema, mas também mencionam a prática do letramento, através da utilização do sistema gráfico ou da leitura para relacionar-se com o meio, ou seja, o uso social da leitura e da escrita, expressos, por exemplo, nas habilidades propões o uso de manchetes, notícias, anúncios publicitários, folhetos, regulamentos etc. Estes, além de proporcionarem o contato com diferentes gêneros textuais, aproximam o estudante da realidade em que está inserido, permitindo que analise criticamente e reflita sobre o meio social, propiciando a construção da sua emancipação cidadã.

5 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA PRÁTICA SOCIAL

A partir das reflexões feitas acerca das legislações e documentos norteadores da educação no Brasil, quanto à alfabetização, busca-se agora compreender a alfabetização e o letramento como uma prática social, mas para tanto é necessário, primeiramente, conceituar estes termos. Assim sendo, pode-se entender a alfabetização como a aprendizagem da escrita e da leitura, da codificação e decodificação dos fonemas (sons da língua) em grafemas (letras), compondo assim um sistema de códigos de representação dos sons.

No entanto, compreender a alfabetização como um processo finito e que se extingue ao dominar os códigos é precipitado, visto que intrinsecamente ao processo de alfabetização, do domínio da leitura e da escrita, está o uso das mesmas. Desse modo, há um processo contínuo e permanente, relacionado a prática e vivências, como destaca Soares (2005, p 15):

A aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); este último é que nunca é interrompido. Ressalta que, não parece apropriado, nem etimologicamente nem

pedagogicamente, que o termo alfabetização, designe tanto o processo de aquisição da língua escrita, quanto o seu desenvolvimento; etimologicamente o termo “alfabetização” não ultrapassa o significado de levar a aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar o código da escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever; pedagogicamente, atribuir um significado muito mais amplo no processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar.

Ou seja, quando nos referimos ao processo permanente que ocorre, não é o de domínio do código escrito ou da leitura, mas sim o processo de desenvolvimento dessas habilidades depois de adquiridas. Para Ferreiro (2005) a alfabetização deveria estar caracterizada por uma aprendizagem ativa e significativa.

Segundo a autora Magda Soares, há uma diferença entre saber ler e escrever, isto é, ser alfabetizado, e viver na condição de quem sabe ler e escrever, ser letrado. É nesse contexto que surge o conceito de letramento, entendido como o indivíduo que é capaz de fazer uso social da leitura e da escrita. O indivíduo letrado está inserido na sociedade e passa a ter outra condição social e cultural, ou seja, seu modo de relacionar-se com os outros e com o meio torna-se diferente, porque a sua compreensão de mundo é diferente, o letramento proporciona um pensar e agir criticamente.

Alfabetização e letramento são conceitos indissociáveis, em que após o domínio do código linguístico (alfabetização), o indivíduo perpassa pelo letramento, quando este desenvolve as habilidades adquiridas e passa do ler mecânico para o ler consciente, interpretativo, caracterizando uma leitura crítica e questionadora.

Nessa perspectiva do letramento, entendido como o uso social da leitura e da escrita, podemos relembrar a expressão freiriana “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1982 P. 9), compreendendo de maneira que a compreensão de mundo (vivência e experiências) do indivíduo deve ser consideradas no processo educacional e que também posteriormente o uso das habilidades da escrita e da leitura não deve ficar restrito ao banco escolar, a um depósito de informações mortas, sem significado, ao contrário, estas habilidades, como bem ressaltado na ampla legislação educacional brasileira, são a base para a compreensão de todos os demais processos de aprendizagem que virão na trajetória escolar e principalmente, devem ser utilizadas como práticas sociais, ou seja, a aquisição da leitura e da escrita proporciona relações sociais diversificadas, nas quais, a percepção de mundo é transformada e por conseguinte, o ser letrado é capaz de intervir na sociedade em que vive, fazendo-a mais justa e democrática.

[...] o aprendizado da escrita e da leitura como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem [e a mulher], afinal, no mundo e com o mundo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto. A partir daí, o analfabeto começaria a operação de mudança de suas atitudes anteriores. Descobrir-se-ia, criticamente, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que tanto ele, como o letrado, tem um ímpeto de criação e recriação. (FREIRE, 1967, p. 108).

Para Freire, a escrita e a leitura são percebidas como ato criador que pressupõe uma leitura do mundo e compreensão crítica da realidade, para que o sujeito alfabetizado/letrado seja capaz de exercer a sua cidadania, ou seja, participar ativamente da vida civil, política, cultural a fim de buscar o bem comum, percebendo e transformando a realidade.

Logo, a alfabetização constitui processo fundamental de aprendizagem, visto que é a partir da aquisição da habilidade de ler e escrever que é possível adquirir os demais conhecimentos, inclusive desenvolvê-las, visto que não é possível desenvolver o que ainda não foi adquirido. Habilidades adquiridas, a prática do letramento irá perpetuar-se e manifestar-se cotidianamente, desde que as capacidades críticas e reflexivas sejam aprimoradas.

Tendo em vista estes conceitos, elucida-se a concepção de alfabetização e letramento como práticas sociais emancipadoras, uma vez que, a concretizado o processo de alfabetização e passado ao processo de letramento, este estará intimamente ligado ao meio social, à observação, percepção e transformação da realidade que cerca o indivíduo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita neste artigo, a partir de revisão de literatura, compreendeu o contexto da alfabetização e letramento nos aspectos históricos e culturais de construção dessa prática, destacando que os primeiros modelos de educação no Brasil não tinham interesse na construção social do indivíduo e que ao decorrer dos anos surgiram os primeiros ideais que subsidiaram essa ideia. A partir de então, constantes legislações e documentos norteadores foram criados a fim de embasar a educação brasileira, padronizando e estipulando os valores e objetivos a serem alcançados.

A pesquisa alcançou o objetivo esperado, elucidando a importância da alfabetização e letramento enquanto práticas sociais emancipadoras, uma vez que por meio desses processos tanto outros mais são possíveis, abrindo espaço para o exercício da cidadania e compreensão da realidade em que se vive.

Entende-se que pelo caráter de revisão bibliográfica este estudo torna-se limitado quanto a aplicações práticas, no entanto, fornece subsídios básicos para o profissional de educação que busca atuar na área da alfabetização.

Desta forma, conclui-se que a pesquisa é relevante para a área da educação, provocando questionamentos e reflexões sobre aspectos que permeiam a prática docente no cotidiano, bem como a sociedade em geral.

REFERENCIAS

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: conceitos e processos/ Inglyde Vieira, Luciane Rolim de Moura. – Curitiba [PR]: IESDE, 2019.

ALVES, Aparecida Bernardo. Alfabetização e letramento: conceito, contexto histórico e reflexões didáticas. 2007. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41949>. Acesso em 31/out/2023.

Aprendizagem dialógica na sociedade da informação. Disponível em <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/308/7b6d6c81dee37228ff26c1f332fe291b.pdf>. Acesso em 19/out/2023.

Base Nacional Comum Curricular. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 28/out/2023.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20/out/2023.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 27/out/2023

“Leitura do Mundo” e Educação em Paulo Freire. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/QZBhvBTZYjsjJTpgm3Tbgzs/>. Acesso em 31/out/2023.

Plano Nacional de Educação. Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/politica-nacional-de-alfabetizacao-2/pna-artigo-a-artigo>. Acesso em 25/out/2023.

Política Nacional de Alfabetização. Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/politica-nacional-de-alfabetizacao-2/pna-artigo-a-artigo>. Acesso em 25/out/2023.

Oliveira, N.F. de B., & Silva, D. da. (2019). A IMPORTANCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO. Faculdade Sant’Ana Em Revista, 3 (2), p. 190-203. Disponível em: <https://iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/567>. Acesso em: 19/out/2023.

O que é letramento e alfabetização. Disponível em <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/O%20que%20%C3%A9%20letramento%20e%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 30/out/2023,

Rodrigues, Renato; Gonçalves, José Correia Procedimentos de metodologia científica / Renato Rodrigues. 10. ed. Lages: PAPERVEST, 2021, 195 p.